



## Instrumentos para avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde: uma revisão integrativa

### *Instruments for evaluating public health promotion policies: an integrative review*

### *Instrumentos para evaluación de políticas públicas volcadas a la promoción de la salud: una revisión integrativa*

**Rodrigo Noll Gonçalves** 

Universidade Federal do Paraná – Curitiba (PR) – Brasil

**Jéssica Rodrigues da Silva Noll Gonçalves** 

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba (PR) – Brasil

**Rafael Gomes Ditterich** 

Universidade Federal do Paraná – Curitiba (PR) – Brasil

**Roberto Eduardo Bueno** 

Universidade Federal do Paraná – Curitiba (PR) – Brasil

#### RESUMO

**Objetivo:** Investigar os instrumentos disponíveis para avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, por meio das bases de dados *Scientific Electronic Library Online* e Biblioteca Virtual em Saúde, e consulta à “literatura cinza”, nos idiomas inglês, português e espanhol, no período compreendido entre os anos 2010 e 2020, sendo consultados os descritores no MeSH e DeCS. **Resultados:** Foram encontradas 828 publicações, sendo que 18 aprovados pelos atenderam aos critérios de inclusão. Identificaram-se distintas metodologias aplicadas para o processo avaliativo, tais como quantitativas e multidimensionais, embora haja uma insuficiência de instrumentos para o monitoramento e avaliação em promoção da saúde. Destaca-se o desenvolvimento de avaliações de impacto e de resultados, especialmente na atenção primária à saúde, porém, verificou-se a necessidade da inclusão de estruturas e processos nas metodologias. **Conclusão:** É de suma importância o reconhecimento da importância da intersetorialidade, de metodologias participativas e da elaboração de modelos avaliativos que considerem a articulação de metodologias quantitativas e qualitativas, bem como a inclusão de questões sociopolíticas inerentes às distintas realidades onde são desenvolvidas as políticas intrasetoriais e intersetoriais de promoção da saúde. No entanto, a complexidade da avaliação das políticas de promoção da saúde não permitiu a identificação de um padrão avaliativo, sendo fundamental o desenvolvimento de novos estudos visando o desenvolvimento de estratégias de avaliação efetivas relacionadas à promoção da saúde.

**Descritores:** Avaliação de Programas e Projetos de Saúde; Colaboração Intersetorial; Política Pública; Promoção da Saúde.

#### ABSTRACT

**Objective:** To investigate the assessment tools available to evaluate public policies aimed at health promotion. **Methods:** This is an integrative literature review, using the *Scientific Electronic Library Online* and *Virtual Health Library (Biblioteca Virtual em Saúde)* databases, and consulting the gray literature, in English, Portuguese, and Spanish, in the period between 2010 and 2020, with the descriptors being consulted in MeSH and DeCS. **Results:** A total of 828 publications were found, of which 18 met the inclusion criteria. Different methodologies applied to the evaluation process were identified, such as quantitative and multidimensional, although there is a lack of instruments for monitoring and evaluation in health promotion. The development of impact and results assessments stands out, especially in primary health care, however, there was a need to include structures and processes in the methodologies. **Conclusion:** It is extremely important to recognize the importance of intersectorality, participatory methodologies and the development of evaluative models that consider the articulation of quantitative and qualitative methodologies, as well as the inclusion of sociopolitical issues inherent to the different realities where intra-sectoral and intersectoral health promotion policies are



Este artigo está publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho seja corretamente citado.

Recebido em: 18/03/2023

Aceito em: 11/07/2024

developed. However, the complexity of evaluating health promotion policies did not allow the identification of an evaluation standard, making it essential to develop new studies aimed at developing effective evaluation strategies related to health promotion.

**Descriptors:** Program Evaluation; Intersectoral Collaboration; Public Policy; Health Promotion.

## RESUMEN

**Objetivo:** Investigar los instrumentos disponibles para evaluación de políticas públicas volcadas a la promoción de la salud. **Métodos:** Se trata de una revisión integrativa de literatura, por medio de las bases de datos Scientific Electronic Library Online y Biblioteca Virtual en Salud, y consulta a la "literatura gris", en los idiomas inglés, portugués y español, en el período comprendido entre 2010 y 2020, siendo consultados los descriptores en MeSH y DeCS. **Resultados:** Fueron encontradas 828 publicaciones, 18 de ellas aprobadas por los criterios de inclusión. Fueron identificadas distintas metodologías aplicadas para el proceso evaluativo, tales como cuantitativas y multidimensionales, aunque haya una insuficiencia de instrumentos para el monitoreo y evaluación en promoción de la salud. Se enfoca el desarrollo de evaluaciones de impacto y de resultados, especialmente en la atención primaria a la salud, sin embargo, se verificó la necesidad de inclusión de estructuras y procesos en las metodologías. **Conclusión:** Es de suma importancia el reconocimiento de la importancia de la intersectorialidad, de metodologías participativas y de la creación de modelos evaluativos que consideren la articulación de metodologías cuantitativas y cualitativas, como también la inclusión de cuestiones sociopolíticas inherentes a las distintas realidades donde son desarrolladas las políticas intrasectoriales e intersectoriales de promoción de la salud. Sin embargo, la complejidad de la evaluación de las políticas de promoción de la salud no permitió la identificación de un modelo evaluativo, siendo fundamental el desarrollo de nuevos estudios objetivando el desarrollo de estrategias efectivas relacionadas a la promoción de la salud.

**Descriptores:** Evaluación de Programas y Proyectos de Salud; Colaboración Intersectorial; Promoción de la Salud.

---

## INTRODUÇÃO

Políticas Públicas correspondem a um campo do conhecimento multidisciplinar, que inclui teorias construídas na Sociologia, na Ciência Política e na Economia, entre outros. Devido às repercussões econômicas e sociais, suas teorias buscam explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Neste sentido, por meio da formulação de políticas públicas, os governos democráticos traduzem seus propósitos em programas e ações que produzirão resultados no mundo real<sup>(1)</sup>. Neste campo, atualmente, o termo "políticas públicas saudáveis" representa abordagens integradas, em busca de melhorar a saúde e reduzir as disparidades de saúde nas decisões relacionadas às políticas, programas e projetos realizados nos setores público e privado<sup>(2)</sup>.

A promoção da saúde constitui um movimento internacional e estratégia promissora para o enfrentamento dos múltiplos problemas de saúde que afetam as populações humanas, a partir de uma concepção ampla do processo saúde-doença e de seus determinantes. Além disso, propõe a articulação de saberes técnicos e populares, bem como a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados, para seu enfrentamento e resolução. Prevê uma combinação de estratégias relacionadas à ação do Estado, por meio das "políticas públicas saudáveis", desenvolvidas a partir de mecanismos complementares, que incluem legislação, medidas fiscais, taxações, mudanças organizacionais e ações intersectoriais coordenadas que apontem para a equidade em saúde, distribuição mais equitativa de renda e políticas sociais<sup>(3)</sup>. Neste sentido, as ações de promoção da saúde consideram que fatores políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, comportamentais e biológicos, podem favorecer ou prejudicar a saúde<sup>(4)</sup>.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) foi instituída por meio da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006, ratificando o compromisso do Estado brasileiro com a ampliação e qualificação das ações de promoção da saúde nos serviços e na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Em seguida, passou a ser inserida na agenda estratégica de gestores do SUS e nos Planos Nacionais de Saúde, ampliando as possibilidades das políticas públicas existentes. Entre 2013 e 2014, foi revisada, em um processo desencadeado pelo Ministério da Saúde e coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, por meio do Comitê Gestor da Política, em parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e com o Grupo Temático de Promoção da Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)<sup>(5)</sup>.

A nova versão da PNPS foi o resultado de um processo de revisão, ocorrido de forma ampla, democrática e participativa, que aponta para a necessidade de articulação intrasectorial e intersectorial com outras políticas públicas, e participação social, devido à impossibilidade de o setor da saúde responder sozinho ao enfrentamento dos determinantes e condicionantes da saúde<sup>(6)</sup>.

Após o processo decisório, uma política pública não se encerra com a sua implementação e execução, ficando submetida aos sistemas de acompanhamento e avaliação<sup>(1)</sup>. A avaliação possui a finalidade de garantir o cumprimento dos princípios e diretrizes da política pública, buscando verificar sua efetividade. Ou seja, busca verificar o resultado sobre a saúde dos indivíduos, que impacta na qualidade de vida da população<sup>(7)</sup>.

No processo de gestão, a avaliação possui o papel de fornecer elementos que subsidiem a tomada de decisão, contribuindo para o aumento da eficácia, eficiência e efetividade das atividades desenvolvidas. Dessa forma, a avaliação em saúde deve ser direcionada para as principais necessidades, respeitando os princípios constitucionais da política de saúde do país, e o seu desenvolvimento deve ser conduzido de forma a construir a viabilidade da implementação de ações resultantes das decisões tomadas<sup>(8)</sup>.

A versão atual da PNPS aponta, como responsabilidade de todas as esferas de gestão do setor saúde, o estabelecimento de instrumentos e indicadores para o planejamento, monitoramento e avaliação de programas, planos, projetos e ações relacionadas à promoção da saúde<sup>(6,9)</sup>. Não obstante, é imprescindível a combinação de diferentes métodos e enfoques para a avaliação de estratégias de promoção da saúde, que permitam a análise de seu fundamento teórico como prática social, do processo de implementação, dos impactos e resultados<sup>(9)</sup>.

No entanto, as abordagens avaliativas têm sido limitadas<sup>(10)</sup>, sendo escassos os estudos que identifiquem os instrumentos existentes, atualmente, para avaliar as ações de promoção da saúde<sup>(11)</sup>. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo foi investigar os instrumentos disponíveis para avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde.

## MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, pois este método permite a inclusão de uma ampla variedade de desenhos de estudo, e possibilita sintetizar os resultados obtidos em pesquisas sobre determinado tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente, combinando dados oriundos de literatura teórica e empírica, proporcionando uma compreensão mais completa do tema de interesse<sup>(12)</sup>.

“Revisão integrativa é um método de pesquisa que permite a busca, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis do tema investigado”<sup>(13)</sup> (p. 758). Foram seguidas as seis fases da revisão integrativa<sup>(14)</sup>: elaboração da pergunta norteadora; busca ou amostragem na literatura; coleta de dados; análise crítica dos estudos incluídos; discussão dos resultados; e apresentação da revisão.

Inicialmente, foi elaborada a pergunta do estudo: “Quais os instrumentos de avaliação em promoção da saúde voltados às políticas públicas?”, tendo como base o acrônimo PICO<sup>(15)</sup>: População (P): Políticas Públicas; Interesse/fenômeno de interesse (I): Promoção da Saúde; Contexto (Co): instrumentos de avaliação. Para a localização dos termos e estratégia de busca, foram consultados os descritores no Medical Subject Headings (MeSH) e Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) – Quadro 1, nos idiomas inglês, português e espanhol.

**Quadro 1** — Descritores utilizados e termos relacionados

	MeSH	DeCS – inglês/espanhol/português	Sinônimos – inglês/português
<b>P</b>	Public Policy	Public Policy Política Pública Política Pública	Public Policies Políticas Públicas
<b>I</b>	Health Promotion	Health Promotion Promoción de la Salud Promoção da Saúde	Promotion of Health Health Promotions Promoção em Saúde
<b>Co</b>	Program Evaluation	Program Evaluation Evaluación de Programas y Proyectos de Salud Avaliação de Programas e Projetos de Saúde	Program Evaluations Program Effectiveness Avaliação de Programa Avaliação de Programas Avaliação de Projetos Avaliação

**Fonte:** Os autores.

MeSH – Medical Subject Headings; DeCS – Descritores em Ciências da Saúde.

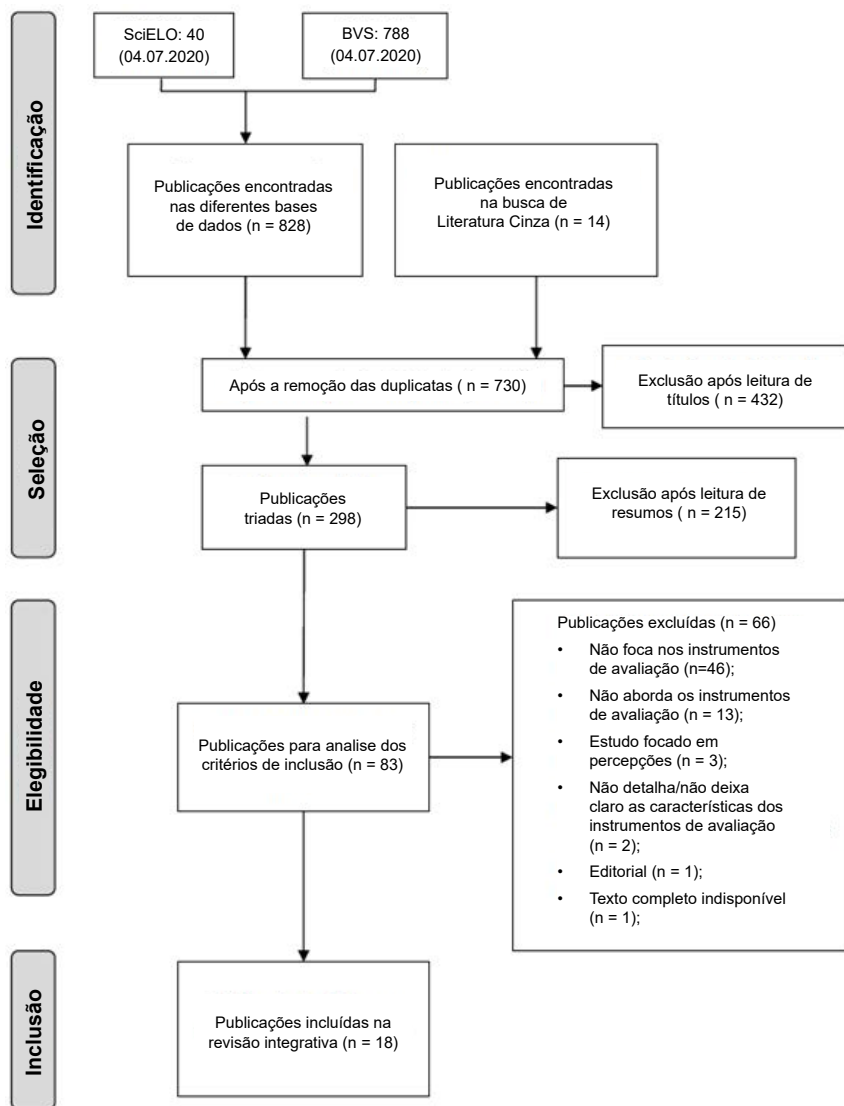
P – População; I – Interesse/fenômeno de interesse; Co – Contexto.

A busca, realizada nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (que inclui LILACS, MEDLINE, entre outras bases), em julho de 2020, considerou artigos científicos e outros documentos publicados entre os anos 2010 e 2020. Além disso, foram realizadas buscas na “literatura cinza”, por meio de consulta ao *Google Scholar*. Os termos da estratégia de busca foram adaptados para se adequarem aos índices de cada banco de dados.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção das publicações foram: publicações que possibilitem indicar instrumentos, mecanismos ou estratégias de avaliação em promoção da saúde, voltados às políticas públicas; que incluam ferramentas de avaliação de impacto de programas em promoção da saúde; estudos que apresentem avaliações de ações intersetoriais; estudos de casos; e artigos disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês, português e espanhol. Foram excluídos estudos em duplicidade, cartas, editoriais e estudos que avaliam ações pontuais.

Os dados foram exportados para o *EndNote Web*, sendo realizada a exclusão de publicações em duplicidade, bem como das publicações que não se enquadraram nos critérios de inclusão, bem como os que se enquadraram nos critérios de exclusão. Primeiramente, foi realizada a exclusão por títulos, por dois revisores independentes, seguida de exclusão após leitura dos resumos. Posteriormente, procedeu-se a leitura das publicações na íntegra, finalizando pela seleção dos estudos a serem incluídos na revisão integrativa. O processo de seleção dos estudos foi compilado em um fluxograma de acordo com PRISMA – *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (<http://prisma-statement.org/PRISMAStatement/FlowDiagram>), conforme demonstrado na Figura 1.

**Figura 1** — Fluxograma de seleção dos estudos



**Fonte:** Os autores. Modelo adaptado do fluxograma PRISMA.

## RESULTADOS

Após a etapa de remoção das duplicatas, permaneceram 730 títulos; com 83 textos foram recuperados para a etapa de leitura na íntegra, e 18 artigos foram incluídos para a elaboração da presente revisão integrativa.

No Quadro 2, estão apresentados os artigos selecionados para o estudo. Foram identificados os autores, ano de publicação, título do artigo e informações sobre o estudo realizado.

**Quadro 2** — Artigos selecionados para a revisão integrativa

Autor(es), ano publicação	Título	Informações sobre o estudo
Álvarez Castaño et al., 2015 <sup>(16)</sup>	Métodos de evaluación de programas nutricionales de gran escala en América Latina: una revisión integrativa	Análise de 92 avaliações de 40 programas, com o objetivo de identificar os desenhos metodológicos com os quais os programas nutricionais da América Latina estão sendo avaliados. Geralmente, as dimensões avaliadas incluem o impacto e os resultados dos programas e, em menor grau, sua estrutura e processos. Os tipos de estudos mais utilizados para mensurar o impacto apresentam natureza quantitativa, porém, na maioria dos casos, os desenhos metodológicos não foram explicitados ou a avaliação foi realizada sem um desenho estabelecido. Nos casos em que existia um projeto relacionado à avaliação, foram encontrados três esquemas: avaliação de consistência e resultados, modelo multidimensional e triangulação de métodos
Alves et al., 2016 <sup>(17)</sup>	Promoção da saúde, prevenção de doenças e utilização de serviços: avaliação das ações de uma operadora de plano de saúde brasileira	Estudo de caso, com o objetivo de explorar a associação entre a realização de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças cardiovasculares, com a utilização de serviços de saúde e seus respectivos custos, desenvolvidas por uma operadora de plano de saúde brasileira, pertencente à modalidade de autogestão, que adotou a Estratégia Saúde da Família (ESF)
Barata, 2013 <sup>(18)</sup>	Epidemiologia e políticas públicas	Discute a importância da epidemiologia na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de saúde
Bhatia e Corburn, 2011 <sup>(19)</sup>	Lessons from San Francisco: health impact assessments have advanced political conditions for improving population health	Foi abordada a avaliação de impacto à saúde (AIS) em São Francisco (Califórnia, Estados Unidos). Por meio das AIS, o Departamento de Saúde Pública aprimorou sua experiência na análise e na comunicação de impactos de políticas públicas, e desenvolveu novos conhecimentos sobre como se envolver e influenciar diversos setores. Dentre as etapas seguidas nas avaliações de impacto, destacam-se: triagem; definição de escopo e quais abordagens analíticas a serem empregadas; avaliação; comunicação; e monitoramento
Bueno et al., 2013 <sup>(11)</sup>	Governança, sustentabilidade e equidade no plano de saúde de São José dos Pinhais, Brasil	Um modelo teórico-conceitual para desenvolvimento humano e promoção da saúde, elaborado pelos autores, foi aplicado para avaliar a política municipal de saúde formulada no plano de saúde de São José dos Pinhais/PR (Brasil). O modelo contempla os conceitos de governança, sustentabilidade e equidade. Além disso, correlaciona três possíveis interfaces entre os conceitos abordados, categorizadas como: 1) políticas de Governo e Estado; 2) balanço de poder; e, 3) processos inclusivos e resultados impactantes
Guzmán-Barragán et al., 2020 <sup>(20)</sup>	Evaluación de la implementación de la estrategia escuela saludable en zona rural de Ibagué: estudio de casos	Avaliação da implementação da Estratégia Escola Saudável, em instituições de ensino rurais do município de Ibagué (Colômbia), por meio da construção de um modelo lógico e pela definição de critérios avaliativos em relação a ambientes saudáveis, políticas públicas e planos de escolas saudáveis, participação social, empoderamento e educação para a saúde
Hoehner et al., 2012 <sup>(21)</sup>	Page Avenue health impact assessment: Building on diverse partnerships and evidence to promote a healthy community	Estudo de caso sobre a AIS, realizada na Page Avenue (Missouri, Estados Unidos), com o objetivo de descrever o processo de uma avaliação abrangente, liderada por uma equipe acadêmica interdisciplinar, com parceiros da comunidade, além de discutir as lições aprendidas e os resultados inesperados

Kusma et al., 2012 <sup>(9)</sup>	Promoção da saúde: perspectivas avaliativas para a saúde bucal na atenção primária em saúde	Além de realizar uma sistematização da literatura no campo da avaliação da efetividade de estratégias de promoção da saúde bucal, os autores propuseram um modelo teórico e uma matriz de descritores contextualizados nas práticas de atenção primária à saúde (APS), explorando a base referencial dos pilares e valores da promoção da saúde, considerando práticas com potencialidade para reduzir situações de fragilidade de grupos populacionais, combater iniquidades e incorporar a participação na gestão da saúde
Lima e Vilasbôas, 2011 <sup>(22)</sup>	Implantação das ações intersetoriais de mobilização social para o controle da dengue na Bahia, Brasil	Pesquisa avaliativa, por meio de estudo de caso único, de caráter exploratório, com o objetivo de analisar o processo de implantação das ações intersetoriais do Comitê Estadual de Mobilização Social de Prevenção e Controle da Dengue da Bahia (Brasil). Foi elaborado um modelo lógico norteador da construção de critérios utilizados para estimar o grau de implantação dessas ações (implantadas, parcialmente implantadas ou não implantadas)
Magalhães, 2014 <sup>(23)</sup>	Implementação de programas multiestratégicos: uma proposta de matriz avaliativa	Proposta de matriz metodológica, desenvolvida a partir do referencial analítico da avaliação baseada na teoria, que busca analisar a validade das concepções que ligam processos e resultados, e de um estudo de caso exploratório, qualitativo, do programa federal de transferência de renda Bolsa Família, com o objetivo de contribuir para a avaliação da implementação de intervenções voltadas à promoção da saúde, segurança alimentar e redução da pobreza
Malta et al., 2014 <sup>(24)</sup>	Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014	Com o objetivo de descrever a implementação do eixo prática corporal/ atividade física, foram consultadas informações contidas em portarias, documentos institucionais, sites, livros e artigos publicados, para analisar as ações implementadas segundo os seguintes eixos: fortalecimento da promoção da saúde no SUS; articulação intersetorial e parcerias; promoção da atividade física/práticas corporais no território; avaliação e monitoramento
Malta et al., 2014 <sup>(25)</sup>	A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014	Análise da PNPS quanto à implementação de sua agenda prioritária, por meio de um estudo de revisão que buscou responder o alcance (ou não) das ações e atividades inscritas na PNPS, em relação aos temas definidos como prioritários em 2006
Oliveira et al., 2017 <sup>(26)</sup>	Matriz de avaliação de programas de promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social	Estudo transversal, quali-quantitativo, por meio de observação participante, entrevistas e censo, nos 559 domicílios cadastrados na ESF do município de Laje do Muriaé/RJ (Brasil), visando o desenvolvimento e aplicação de uma matriz de avaliação de programas voltados à promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social
Silveira Filho et al., 2016 <sup>(27)</sup>	Potencial de efetividade das estratégias de promoção da saúde bucal na atenção primária à saúde: estudo comparativo entre capitais e regiões do Brasil	Aplicação da Ferramenta de Avaliação da Efetividade de Estratégias de Promoção da Saúde Bucal <sup>(9)</sup> , por meio da avaliação do potencial de efetividade de estratégias de promoção da saúde bucal, desenvolvidas por equipes de APS nas capitais e macrorregiões brasileiras
Sosa García et al., 2019 <sup>(28)</sup>	Indicadores de evaluación de impacto de promoción de salud para adultos mayores en atención primaria	Estudo bimodal, por meio de análise documental e técnica de triangulação da informação, com o objetivo de determinar os indicadores para avaliação de impacto em intervenções de promoção da saúde com idosos na APS
Suárez Álvarez et al., 2018 <sup>(29)</sup>	Herramientas para una evaluación del impacto en salud de los programas de salud pública e intervenciones comunitárias con una perspectiva de equidad	Foi descrita a metodologia utilizada no desenho e na aplicação de duas ferramentas para avaliar o impacto sobre os determinantes sociais da saúde e da equidade em programas de saúde e intervenções comunitárias, no Principado de Astúrias (Espanha)

Thomson e Thomas, 2012 <sup>(30)</sup>	External validity in healthy public policy: application of the RE-AIM tool to the field of housing improvement	Aplicação de uma ferramenta de avaliação de itens de validade externa, desenvolvida por Green & Glasgow, em 39 estudos que avaliaram os impactos da melhoria da habitação na saúde. A ferramenta foi adaptada aos tópicos, e os critérios foram desenvolvidos para definir o nível do relatório (em grande medida, em certa medida, pouco claro, de forma alguma)
Venancio et al., 2016 <sup>(31)</sup>	Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação	Avaliação da implantação da Rede Amamenta Brasil e seu impacto sobre indicadores de aleitamento materno, por meio da análise da relação entre diferentes graus de implantação e alguns indicadores de aleitamento materno, em crianças menores de um ano de vida, incluindo 56 Unidades Básicas de Saúde (UBS) de três municípios brasileiros

Fonte: Os autores.

## DISCUSSÃO

Ao contrário da maioria dos estudos clínicos, a teoria, as metas e os objetivos de uma política pública nem sempre são claros<sup>(32)</sup>. Muitos estudos omitem avaliações de seguimento, além de não discutirem as implicações dos resultados para as políticas públicas<sup>(33)</sup>. De acordo com os autores<sup>(34)</sup>, no campo da avaliação, existe uma carência de estudos e informações úteis e acessíveis aos profissionais sobre a efetividade das intervenções de promoção da saúde.

Dentre os campos de ação para a epidemiologia, destaca-se a avaliação de sistemas, políticas, programas e serviços de saúde, além do impacto em saúde dos serviços, tecnologias e outras ações<sup>(35)</sup>. Para a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas de saúde, é importante retirar o foco dos indivíduos, compreendendo e deve-se buscar compreender a complexidade das mediações entre as diferentes dimensões da vida social<sup>(18)</sup>.

No processo de avaliação, os conhecimentos epidemiológicos podem ser úteis na análise dos impactos previstos e alcançados. A avaliação das políticas públicas de saúde pode ser realizada por meio de três modalidades distintas: avaliação de adequação, avaliação de plausibilidade e avaliação de probabilidade. Ainda, na etapa de avaliação do impacto, a epidemiologia pode contribuir para o aprimoramento e aplicação de novas metodologias, como a elaboração de cenários que auxiliam o processo de tomada de decisão, projetando possíveis consequências da adoção de distintos cursos de ação. Além disso, a autora<sup>(18)</sup> destaca a necessidade de articular os conhecimentos epidemiológicos a outros saberes, com a finalidade de garantir melhores condições de saúde para a população.

Dentre os estudos que apresentaram potenciais instrumentos avaliativos, o Modelo Conceitual para Desenvolvimento Humano e Promoção da Saúde<sup>(11)</sup>, pode ser empregado como instrumento para avaliação de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento humano e à promoção da saúde. A promoção bem-sucedida ocorre na intersecção entre as seis categorias de conceitos (governança, sustentabilidade e equidade) e interfaces (políticas de Governo e Estado; balanço de poder; processos inclusivos e resultados impactantes) entre esses conceitos<sup>(36)</sup>.

No modelo proposto por um grupo de pesquisadores<sup>(9)</sup>, aplicado por meio de uma ferramenta de avaliação da efetividade de estratégias de promoção da saúde bucal, os pilares da promoção da saúde incluem a equidade, a participação e a sustentabilidade, e compõem as bases teóricas para a indicação dos valores da avaliação. Já os valores, que compreendem a âncora moral para as estratégias de promoção da saúde, incluem a autonomia, o empoderamento, a integralidade, a intersetorialidade e a governança.

Ao aplicarem a mesma ferramenta<sup>(27)</sup>, destacam que o referencial, para a construção da matriz de indicadores de avaliação, é sustentado em um modelo teórico, que enfatiza os pilares e valores da promoção da saúde, aplicado à saúde bucal. A ferramenta, é composta por 23 indicadores, que estão reunidos em três dimensões: (saúde bucal, políticas públicas saudáveis e desenvolvimento humano e social), e permite indicar o potencial de determinada estratégia na promoção da saúde bucal<sup>(37)</sup>.

Para elaboração da matriz avaliativa<sup>(23)</sup>, foram realizadas as seguintes etapas: sistematização das informações de um estudo de caso, exploratório, de caráter qualitativo; análise dos principais elementos teóricos, componentes do programa e estratégias de operacionalização presentes na dinâmica local; elaboração e organização das dimensões de análise e questões avaliativas em uma matriz metodológica. Os roteiros de entrevistas foram baseados nas seguintes dimensões: teoria do programa; implementação, monitoramento e avaliação; experiências intersetoriais e dinâmica participativa. A análise dos documentos e instrumentos normativos permitiu identificar os modelos causais adotados, e a realização de entrevistas possibilitou a aproximação com as percepções, interesses e motivações dos profissionais envolvidos.

Ao aplicarem uma matriz de avaliação de programas voltados à promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social, os autores<sup>(26)</sup> destacam que o instrumento, construído por meio de indicadores qualiquantitativos e multidimensionais, possui potencial para impulsionar a gestão da qualidade, além de favorecer a internalização das boas práticas de gestão pública e a melhoria contínua dos processos de trabalho, tendo em vista o enfrentamento das situações de exclusão e iniquidades, a partir da identificação dos determinantes do processo saúde-doença. Foram estabelecidos descritores que atendem aos Princípios da PNPS, bem como um diagrama do processo de construção de instrumentos de avaliação de programas de promoção da saúde.

Após revisão e sistematização dos fundamentos da promoção da saúde de referência nacional e internacional, e das ideias expressas nos documentos legais e nas políticas públicas cubanas, Sosa García et al.<sup>(28)</sup> identificaram que existe uma insuficiência de instrumentos metodológicos para a avaliação de impacto das estratégias de intervenção comunitária relacionadas à promoção da saúde dos idosos na atenção primária. Ainda em relação às avaliações de impacto, Bhatia e Corburn<sup>(19)</sup> destacam que as AIS podem ser vistas como oportunidades para a construção de novos arranjos de governança que possam tomar decisões públicas que impactem positivamente na saúde. Segundo os autores, o envolvimento, inclusivo e significativo, das partes interessadas nas avaliações, criou oportunidades para afetar redes organizacionais privadas e possibilitou maior confiança entre as organizações comunitárias. Dessa forma, a combinação de um processo inclusivo de AIS e transparência, na apresentação dos pontos fortes e fracos das evidências, aumentou a conscientização sobre os determinantes sociais da saúde pelas instituições governamentais e pela população.

Hoehner et al.<sup>(21)</sup> destacam, em relação ao estudo de caso sobre a AIS, que a avaliação de impacto da Page Avenue foi a primeira avaliação conhecida a ser realizada no Centro-Oeste dos Estados Unidos, com foco no plano de remodelação de uma grande via pública. Este plano incluiu a construção de um novo supermercado, seguido por remodelação residencial e comercial, além de melhorias na infraestrutura da via. O objetivo principal, da avaliação de impacto, foi influenciar os planos do projeto para melhorar a segurança, a mobilidade e o acesso a instalações recreativas e alimentos saudáveis para famílias e jovens, bem como facilitar as parcerias intersetoriais destinadas à promoção da saúde, além de aumentar a conscientização entre os tomadores de decisão e as partes interessadas, em relação aos inúmeros fatores que afetam a saúde.

A AIS constitui uma ferramenta que possibilita identificar impactos e delinear medidas para minimizar determinados impactos, potencializando as oportunidades de melhorias na saúde com os processos de desenvolvimento. A ferramenta pode subsidiar os tomadores de decisão em questões relacionadas às medidas para projetos, políticas, planos e programas que tenham por objetivo prevenir, mitigar e monitorar os impactos significativos para a saúde humana. No Brasil, em cada etapa, as ações propostas na metodologia devem estar vinculadas com as ferramentas do SUS. Assim, as etapas para aplicação da metodologia incluem: triagem, escopo/abrangência, identificação/levantamento de dados, análise situacional, tomada de decisões e recomendações, e monitoramento<sup>(38)</sup>.

Uma AIS pode gerar evidências que apoiam ou se opõem a uma decisão específica, ou fornecer subsídios para uma decisão alternativa mais favorável à saúde. Ao participar de uma avaliação, funcionários e grupos de interesse podem aprender sobre os objetivos políticos dominantes e concorrentes, interesses dos tomadores de decisão, preocupações das comunidades envolvidas, limitações dos métodos científicos disponíveis, fontes alternativas de conhecimento e operação de instituições governamentais. A experiência de São Francisco sugere que as AIS podem influenciar as políticas públicas, mas seus efeitos são mediados de maneiras complexas<sup>(19)</sup>. Embora a AIS possa contribuir para avançar em direção a políticas públicas saudáveis, em algumas situações pode ser uma ferramenta menos eficaz do que as abordagens alternativas. Em alguns contextos, o ideal pode ser a realização da AIS após ter colocado em prática as pré-condições prévias, como metas conjuntas e definição de prioridades, acordos legais ou mesmo arranjos informais. Esses acordos podem fornecer financiamento, identificar os conhecimentos necessários e melhorar o acesso aos dados<sup>(2)</sup>.

Para a avaliação do grau de implantação da Rede Amamenta Brasil, Venancio et al.<sup>(31)</sup> elaboraram um escore para cada UBS, de acordo com o cumprimento dos critérios de certificação do Ministério da Saúde. Neste sentido, avaliações de implantação são importantes, e podem estimar impactos positivos ou negativos. Por exemplo: baixos níveis de implantação dos programas podem impactar nos resultados propostos e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços ofertados, o que pode gerar questionamentos em relação à manutenção (ou não) do investimento em determinado programa<sup>(39)</sup>.

Um modelo lógico pode possibilitar a identificação de recursos, atividades, produtos e metas de determinado programa, o que pode contribuir para reestruturação frente a possíveis demandas de gestão<sup>(40)</sup>. O modelo lógico, desenvolvido por Guzmán-Barragán et al.<sup>(20)</sup>, aplicado na avaliação da implementação da Estratégia Escola Saudável (Ibagué – Colômbia), permitiu conhecer a estrutura e a arquitetura da estratégia, identificando os atores, objetivos,



componentes, linhas de ação e resultado esperado. Quatro critérios foram selecionados, do modelo lógico, para avaliar a implementação da estratégia: a escola como ambiente saudável; políticas públicas e planos de escola saudável; participação social e empoderamento em saúde; e educação em saúde. A avaliação de ambientes saudáveis na escola abordou diversos aspectos, como riscos ambientais, infraestrutura, condições de higiene, alimentação, qualidade da água, esgotamento sanitário, presença de vetores nas dependências das instituições de ensino, e participação social. Dessa forma, considerando a perspectiva multidimensional da promoção da saúde, os autores destacam a importância de articulação intersetorial e da governança para atuação frente aos determinantes, com a finalidade de superar as barreiras socioeconômicas, políticas e culturais.

Múltiplos movimentos simultâneos foram utilizados como estratégia de mobilização participativa, que permitiram a elaboração coletiva da revisão da PNPS no Brasil. Porém, esses movimentos não constituíram um processo de avaliação da política, e sim, um processo de revisão amplamente debatido no âmbito do Comitê Gestor da PNPS<sup>(41)</sup>. Em relação às avaliações da PNPS, Malta et al.<sup>(24)</sup> identificaram que foi criada uma linha orçamentária específica, relacionada à promoção da saúde no âmbito do SUS, a inserção da promoção da saúde no Plano Plurianual e o monitoramento de indicadores nos pactos federativos. De acordo com os autores, a organização da vVigilância de fatores de risco e proteção de doenças crônicas possibilitou o monitoramento de indicadores da prática de atividade física, por meio de inquéritos populacionais, com avanços na avaliação de efetividade dos programas de atividade física, contando com parcerias intersetoriais, com destaque para a articulação com os setores de eEsporte/ILazer e eEducação. Diante desta perspectiva intersetorial, destaca-se o envolvimento de diferentes setores como forma de ampliar o escopo da PNPS para além do setor saúde, visando o enfrentamento das iniquidades, considerando os determinantes sociais<sup>(41)</sup>.

Dentre as prioridades de ação da PNPS, destacam-se temas, como: alimentação saudável; prática corporal e atividade física; prevenção e controle do tabagismo; redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool, de outras drogas e por acidentes de trânsito; prevenção da violência e estímulo à cultura de paz; e promoção do desenvolvimento sustentável<sup>(25)</sup>. Os autores identificaram iniciativas do Ministério da Saúde, com o objetivo de avaliar a efetividade das ações de promoção da saúde, como as avaliações dos programas de prática de atividade física e a avaliação do Projeto Vida no Trânsito, que prevê articulação intersetorial e integração das redes de urgência e emergência do território, na produção do cuidado e na redução da morbimortalidade no trânsito.

Entretanto, outro estudo<sup>(42)</sup> destaca a inexistência de indicadores formalizados para as ações de promoção da saúde nos municípios brasileiros, bem como a insuficiência de instrumentos para o monitoramento e avaliação da PNPS, o que pode contribuir para a invisibilidade de alguns resultados. Diante deste cenário, existe a necessidade de elaboração de estudos que possam contribuir para o desenvolvimento de instrumentos relacionados à avaliação das políticas de promoção da saúde, como forma de suprir esta lacuna do conhecimento.

Os dados de monitoramento e vigilância constituem uma base importante para todas as etapas do desenvolvimento de ações relacionadas às políticas públicas, incluindo a definição de prioridades<sup>(43)</sup>. Enfoques qualitativos, que possam motivar a participação e a intersetorialidade, podem contribuir para compreender como, porque e para quem as ações funcionam e produzem efeitos, bem como a capacidade das ações e estratégias em responderem às desigualdades sociais que se manifestam na saúde<sup>(34)</sup>. A intersetorialidade corresponde à articulação de diversos setores, com o objetivo de somar forças, potencialidades e recursos para a solução de um problema comum. No entanto, apesar da coerência entre a proposta da intersetorialidade e a concepção ampliada do processo saúde-doença, existe pouco conhecimento acumulado sobre experiências relacionadas às práticas intersetoriais<sup>(22)</sup>.

Existem muitas dificuldades para a ampliação das ações intersetoriais, como a fragilidade das equipes dos serviços públicos acessíveis às comunidades, bem como a baixa capacidade dos profissionais da atenção básica em saúde, no planejamento de ações integradas com outros setores<sup>(34)</sup>. Apesar dos avanços, diante de inúmeras propostas intersetoriais, ainda persiste a hegemonia do discurso biomédico no desenho das políticas de saúde<sup>(44)</sup>. A promoção da saúde pode contribuir para relativizar essa hegemonia, pois o modelo biomédico, normativo, higienista e autoritário, responsabiliza e culpa os indivíduos, isoladamente, pelos comportamentos de risco. Dessa forma, o empoderamento, individual e comunitário, pode ser visto como estratégia válida para promover saúde<sup>(34)</sup>, tendo em vista a necessidade de se repensar o estatuto predominante do modelo biomédico, que possui raízes nas intervenções em saúde, na formação de profissionais, na organização da rede de atenção e na forma de conceber o conceito de saúde<sup>(45)</sup>. Dessa forma, a reorientação dos serviços de saúde requer mudanças na educação e na formação dos profissionais<sup>(4)</sup>, em um processo que deve envolver, inclusive, ações de educação permanente.

Teixeira et al.<sup>(34)</sup> reafirmam a importância das metodologias avaliativas na área da promoção da saúde, especialmente aquelas que podem promover uma maior participação e integração entre diversos setores e políticas públicas. A viabilização da intersetorialidade depende da habilidade de criar e manter grupos e redes que possuam um

entendimento compartilhado e coeso sobre as necessidades sociais dos diferentes segmentos populacionais<sup>(46)</sup>. Dessa forma, quando implementadas com o objetivo de fortalecer a autonomia da comunidade, as ações intersetoriais podem contribuir para o enfrentamento das vulnerabilidades e para a melhoria da qualidade de vida. No entanto, a necessidade de avançar em ações intersetoriais constitui um desafio na busca pela articulação de ações destinadas a públicos específicos, por exemplo, no ambiente do trabalho, na comunidade, em projetos destinados à melhoria da mobilidade urbana, bem como a inclusão de pessoas com deficiência e idosos<sup>(25)</sup>.

Apesar do reconhecimento da importância das articulações, como estratégias para responder, efetivamente, aos problemas complexos que impactam o bem-estar individual e coletivo, a intersectorialidade acaba limitada a parcerias, com acordos frágeis realizados por meio de encaminhamentos, compartilhamentos de recursos materiais e humanos. Estes fatores constituem um desafio para a sustentabilidade das práticas, tanto pontuais e de curto prazo, e relacionadas a questões estruturais<sup>(47)</sup>. Para superação deste desafio, destaca-se a necessidade de pactuações legitimadas e participação social no controle do processo, manifestada por meio de fóruns participativos, com a articulação entre poder público e sociedade, em busca do desenvolvimento de atividades que alcançam diversas dimensões e setores políticos<sup>(3,4)</sup>.

Em relação à avaliação dos programas, o método mais utilizado continua sendo o quantitativo e, apesar de a avaliação de impacto e dos resultados continuarem sendo o principal objetivo, a maioria das experiências procuram avaliar estruturas, recursos, aspectos administrativos e processos que sustentam a implementação dos programas, uma vez que, em muitos casos, explicam ou contextualizam seus resultados<sup>(16)</sup>. No entanto, os autores sustentam que a nova realidade das políticas sociais, na América Latina, exige novas abordagens de avaliação, especificamente relacionadas à articulação de metodologias quantitativas e qualitativas, bem como a inclusão de aspectos sociopolíticos dos processos. Ainda, a incorporação das percepções dos atores possibilita considerar a suposição dos efeitos dos programas sobre a relação entre os cidadãos e o Estado, considerando os direitos e a capacitação social.

Diante do exposto, o foco nas ações intersetoriais constitui aspecto fundamental para o enfrentamento dos problemas complexos de saúde, além de ser objeto privilegiado da avaliação em promoção da saúde. Destaca-se a necessidade de se superar a dicotomia existente entre duas abordagens predominantes no campo de atuação da promoção da saúde. Uma abordagem foca na transformação dos comportamentos dos indivíduos e em seus estilos de vida, por meio de ações educativas direcionadas aos fatores de risco comportamentais passíveis de mudança, como o hábito de fumar, dieta e atividades físicas. Por outro lado, a outra abordagem considera a saúde como resultado de múltiplos fatores e determinantes que se relacionam com a qualidade de vida, que é influenciada pelos determinantes sociais da saúde, os quais incluem saneamento, boas condições de trabalho e moradia, educação, apoio social às famílias, estilo de vida responsável, dentre outros. Nessa abordagem, as ações de promoção da saúde estão direcionadas para a coletividade, grupos e ambiente, e não focalizadas apenas no indivíduo isoladamente. No entanto, deve-se observar a convergência entre as duas abordagens, por meio da compreensão de que estilos de vida e opções individuais são estruturalmente determinados pelo contexto social em que os indivíduos estão inseridos<sup>(34)</sup>.

Para que ocorra a efetiva atuação dos responsáveis pelas políticas públicas de promoção da saúde, todos os programas deveriam ser avaliados pela sua eficácia, eficiência e efetividade<sup>(48)</sup>. Entretanto, um obstáculo, para a ampliação da avaliação na tomada de decisão nos serviços de saúde, consiste no fato de que sua implementação requer recursos e tempo, o que dificulta a aplicação em problemas que necessitem de soluções imediatas. Neste sentido, a capacidade da avaliação, de contribuir para o aperfeiçoamento do processo decisório em saúde, se confronta com a complexidade do campo, caracterizado por múltiplos fatores condicionantes e determinantes<sup>(8)</sup>. Diante deste cenário, a existência de um conhecimento acumulado, decorrente de avaliações passadas ou previamente planejadas, pode contribuir para a tomada de decisão.

O reconhecimento dos grupos sociais, que tendem a ser mais afetados pelas intervenções, é crucial para a ampliação do alcance das estratégias de avaliação. Dessa forma, as questões avaliativas podem contribuir para o reconhecimento dos limites do processo de integração das ações e dos obstáculos, estimulando a apropriação coletiva de informações relevantes, a revisão de estratégias e mudanças incrementais. Ao considerar a avaliação como um processo reflexivo, contextualizado e contínuo, pode ser necessária a adaptação das questões inseridas nos instrumentos às demandas e prioridades locais<sup>(23)</sup>.

Como limitações do estudo, devido ao grande número de publicações identificadas na estratégia de busca, privilegiou-se a literatura latino-americana, ao serem consideradas as bases de dados SciELO e BVS. Dessa forma, os critérios de inclusão podem ter atuado como aspecto limitador na inclusão de estudos relevantes sobre o tema abordado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sumarização dos achados desta revisão integrativa permitiu identificar os distintos instrumentos utilizados para a avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde, embora tenha sido constatada uma insuficiência de ferramentas para o monitoramento e avaliação. Apesar de estar prevista, no Brasil, a definição dos mecanismos de avaliação da PNPS, por parte das três esferas de governo, apresentará uma complexidade para a avaliação das políticas públicas direcionadas à promoção da saúde, inerente aos múltiplos fatores condicionantes e determinantes. Assim, não foi identificado um padrão avaliativo, sendo fundamental o reconhecimento da importância da intersetorialidade, de metodologias participativas, triangulação de métodos, entre outras estratégias. Avaliações de impacto e de resultados têm sido desenvolvidas, porém, é necessária a inclusão de estruturas e processos nas metodologias.

Dessa forma, a complexidade do processo avaliativo requer novos estudos, visando o desenvolvimento de estratégias de avaliação efetivas relacionadas à promoção da saúde, com a elaboração de modelos avaliativos que considerem a articulação de metodologias quantitativas e qualitativas, bem como a inclusão de questões sociopolíticas inerentes às distintas realidades onde são desenvolvidas as políticas intrasetoriais e intersetoriais de promoção da saúde.

## CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores afirmam não haver conflitos de interesses na execução desta pesquisa.

## CONTRIBUIÇÃO

**Rodrigo Noll Gonçalves** e **Jéssica Rodrigues da Silva Noll Gonçalves** contribuíram com a elaboração, o delineamento do estudo, a coleta de dados, análise, interpretação e a redação e a revisão do manuscrito., e **Rafael Gomes Ditterich** e **Roberto Eduardo Bueno** contribuíram com a elaboração, o delineamento do estudo, a redação e a revisão do manuscrito.

## FONTES DE FINANCIAMENTO

Não há financiamento.

## REFERÊNCIAS

1. Souza C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. 2006;8(16):20-45.
2. Gottlieb LM, Fielding JE, Braveman PA. Health impact assessment: Necessary but not sufficient for healthy public policy. *Public health reports*. 2012;127(2):156-162.
3. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2000;5(1):163-177.
4. Organização Mundial da Saúde. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde [Internet]. Ottawa, Canadá: WHO; Ottawa; 1986. [acesso cited em 2024 Jun 15]. Disponível Available from: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta\\_ottawa.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf).
5. Brasil. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Promoção da Saúde (: PNPS): Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2018. 40p.: il.
6. Brasil. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Promoção da Saúde (: PNaPS): revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde;; 2014 [acesso em 04 set 2020]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps\\_revisao\\_portaria\\_687.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf).
7. Brasil. Ministério da Saúde (BR). Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2008 [citado 04 set 2020]. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_atencao\\_homem.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_homem.pdf).
8. Tanaka OY, Tamaki EM. O papel da avaliação para a tomada de decisão na gestão de serviços de saúde.

- Ciência & Saúde Coletiva. 2012;17(4):821-828.
9. Kusma SZ, Moysés ST, Moysés SJ. Promoção da saúde: perspectivas avaliativas para a saúde bucal na atenção primária em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. 2012;28(Suppl.):s9-s19.
  10. Magalhães R. Avaliação da Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectivas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016;21(6):1767-1776.
  11. Bueno RE, Moysés ST, Bueno PAR, Moysés SJ. Governança, sustentabilidade e equidade no plano de saúde de São José dos Pinhais, Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*. 2013;34(6):416-421.
  12. Ercole FF, Melo LS, Alcoforado CLGC. Revisão integrativa versus revisão sistemática. *Revista Mineira de Enfermagem*. 2014;18(1):9-11.
  13. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto – Enfermagem*. 2008;17(4):758-764.
  14. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *eEinstein(São Paulo)*. 2010;8(1):102-106.
  15. Cardoso V, Trevisan I, Cicoletta DA, Waterkemper R. Revisão sistemática de métodos mistos: método de pesquisa para a incorporação de evidências na enfermagem. *Texto & Contexto-Enfermagem*. 2019;28:e201702791-12.
  16. Álvarez Castaño LS, Pérez Isaza EJ, Góez Rueda JD, Rivera Jaramillo A, Peña Ochoa C. Métodos de evaluación de programas nutricionales de gran escala en América Latina: una revisión integrativa. *Nutrición Hospitalaria*. 2015;31(1):143-154.
  17. Alves DC, Ugá MAD, Portela MC. Promoção da saúde, prevenção de doenças e utilização de serviços: avaliação das ações de uma operadora de plano de saúde brasileira. *Cadernos Saúde Coletiva*. 2016;24(2):153-161.
  18. Barata, RB. Epidemiologia e políticas públicas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 2013;16(1):3-17.
  19. Bhatia R, Corburn J. Lessons from San Francisco: health impact assessments have advanced political conditions for improving population health. *Health Affairs*. 2011;30(12):2410-2418.
  20. Guzmán-Barragán BL, Gonzalez-Rivillas MA, Guzmán-Barragán PA. Evaluación de la implementación de la estrategia escuela saludable en zona eural de Ibagué: estudio de casos. *Hacia la Promoción de la Salud*. 2020;25(1):76-89.
  21. Hoehner CM, Rios J, Garmendia C, Baldwin S, Kelly CM, Knights DM, et al. Page Avenue health impact assessment: Building on diverse partnerships and evidence to promote a healthy community. *Health & Place*. 2012;18(1):85-95.
  22. Lima EC, Vilasbôas ALQ. Implantação das ações intersetoriais de mobilização social para o controle da dengue na Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 2011;27(8):1507-1519.
  23. Magalhães R. Implementação de programas multiestratégicos: uma proposta de matriz avaliativa. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014;19(7):2115-2123.
  24. Malta DC, Silva MMA, Albuquerque GM, Amorim RCA, Rodrigues GBA, Silva TS, et al. Política Nacional de Promoção da Saúde, descrição da implementação do eixo atividade física e práticas corporais, 2006 a 2014. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*. 2014;19(3):286-299.
  25. Malta DC, Silva MMA, Albuquerque GM, Lima CM, Cavalcante T, Jaime PC, et al. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, 2006 a 2014. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014;19(11):4301-4312.
  26. Oliveira RTQ, Ignacio CF, Moraes Neto AHA Neto, Barata MML. Matriz de avaliação de programas de promoção da saúde em territórios de vulnerabilidade social. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017;22(12):3915-3932.
  27. Silveira Filho AD Filho, Moysés SJ, Kusma SZ, Moysés ST. Potencial de efetividade das estratégias de promoção da saúde bucal na atenção primária à saúde: estudo comparativo entre capitais e regiões do

- Brasil. Revista Brasileira de Epidemiologia. 2016;19(4):851-865.
28. Sosa García D, García Suárez SM, Ibarra Arencibia M, Piñeiro Suárez N, Calzadilla Carrillo Y. Indicadores de evaluación de impacto de promoción de salud para adultos mayores en atención primaria. *Medimay*. 2019;26(1):14-27.
  29. Suárez Álvarez Ó, Fernández-Feito A, Vallina Crespo H, Aldasoro Unamuno E, Cofiño R. Herramientas para una evaluación del impacto en salud de los programas de salud pública e intervenciones comunitarias con una perspectiva de equidad. *Gaceta Sanitaria*. 2018;32(6):579-581.
  30. Thomson HJ, Thomas S. External validity in healthy public policy: application of the RE-AIM tool to the field of housing improvement. *BMC Public Health*. 2012;12:1-633.
  31. Venancio SI, Giugliani ERJ, Silva OLO, Stefanello J, Benicio MHDA, Reis MCG, et al. Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação. *Cadernos de Saúde Pública*. 2016;32(3):e000103151-10.
  32. Macdiarmid JI, Loe J, Douglas F, Ludbrook A, Comerford C, McNeill G. Developing a timeline for evaluating public health nutrition policy interventions. What are the outcomes and when should we expect to see them? . *Public Health Nutrition*. 2011;14(4):729-739.
  33. Abreu S, Miranda AAV, Murta SG. Programas preventivos brasileiros: Quem faz e como é feita a prevenção em saúde mental?. *Psico-USF*. 2016;21(1):163-177.
  34. Teixeira MB, Casanova A, Oliveira CCM, Ensgtrom EM, Bodstein RCA. Avaliação das práticas de promoção da saúde: um olhar das equipes participantes do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. *Saúde Debate*. 2014;38(sspe):52-68.
  35. Paim JS. Epidemiologia e planejamento: a recomposição das práticas epidemiológicas na gestão do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2003;8(2):557-567.
  36. Bueno RE. Construção e análise de modelo conceitual para desenvolvimento humano e promoção da saúde: interfaces entre sustentabilidade, governança e equidade [Tese]. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Odontologia, Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2011.
  37. Souza GCA, Kusma SZ, Moysés SJ, Roncalli AG. Implantação da Política Nacional de Saúde Bucal e sua influência sobre a morbidade bucal em capitais brasileiras na primeira década do século XXI. *Cadernos de Saúde Pública*. 2021;37(12):e003207201-15.
  38. Brasil. Ministério da Saúde (BR). Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 2014. 68p.: il.
  39. Silva RN, Oliveira JR, Carneiro RCB, Farias SJM, Guarda FRB. Avaliação do grau de implantação do Programa Academia da Saúde no município de Bezerros, Pernambuco. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*. 2020;25:1-10e0170.
  40. Silva AT, Santos LP, Rodriguez-Añez CR, Fermino RC. Modelo lógico do “Programa Cidade Ativa, Cidade Saudável” de São José dos Pinhais, Paraná. *Rev Bras Ativ Fís Saúde*. 2021;26:e01931-6.
  41. Rocha DG, Alexandre VP, Marcelo VC, Rezende R, Nogueira JD, Franco de Sá R. Processo de revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde: múltiplos movimentos simultâneos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2014;19(11):4313-4322.
  42. Dias MSA, Oliveira IP, Silva LMS, Vasconcelos MIO, Machado MFAS, Forte FDS, et al. Política Nacional de Promoção da Saúde: um estudo de avaliabilidade em uma região de saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018;23(1):103-114.
  43. König C, Segura L. Do infrastructures impact on alcohol policy making?. *Addiction*. 2011;106(Ssuppl.1):47-54.
  44. Silva CS, Bodstein RCA. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em Promoção da Saúde na Escola. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016;21(6):1777-1788.
  45. Santos EO, Pinho LB, Kantorski LP, Godoy MGC, Olschowsky A, Silva AB, et al. Avaliação das estratégias de promoção da saúde e prevenção ao uso de drogas na rede psicossocial. *Esc Anna Nery*. 2023;27:1-10.e20220110.

46. Lemos VGS, Barboza R. A intersectorialização das ações na Unidade Saúde da Família km 43: a experiência de uma rede voltada à promoção da saúde no município de Cajamar. *O Mundo da Saúde*. 2011;35(2):225-232.
47. Silva KL, Sena RR, Belga SMMF, Silva PM, Rodrigues AT. Promoção da saúde: desafios revelados em práticas exitosas. *Revista de Saúde Pública*. 2014;48(1):76-85.
48. Araújo LF, Coelho CG, Mendonça ÉT, Vaz AVM, Siqueira-Batista R, Cotta RMM. Evidências da contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*. 2011;30(1):80-86.

**Primeiro autor e endereço para correspondência**

Rodrigo Noll Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632.

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – Térreo

Bairro: Jardim Botânico

CEP: 80210-170 / Curitiba (PR) - Brasil

E-mail: rodrigo.noll@hotmail.com

---

**Como Citar:** Gonçalves RN, Gonçalves JRSN, Ditterich RG, Bueno RE. Instrumentos para avaliação de políticas públicas voltadas à promoção da saúde: uma revisão integrativa. *Rev Bras Promoç Saúde*. 2024;37:14348.

---